

CARTA ABERTA SOBRE O CURRÍCULO DE PERNAMBUCO

Recife, 17 de setembro de 2025.

Os participantes do evento "Currículo em Debate 2025", organizado pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Fundação Joaquim Nabuco e realizado nesta data, vêm manifestar publicamente suas reflexões acerca do momento atual do ensino médio e da Sociologia escolar em Pernambuco.

O evento reuniu docentes da educação básica e superior, gestores/as da educação, estudantes de escolas públicas, licenciandos/as e pesquisadores/as e debateu a construção do novo currículo para o ensino de Sociologia no estado, em um contexto de transição entre reformas. A reforma de 2017 promoveu a redução da carga horária das disciplinas da formação geral básica e sua diluição em projetos que se apresentam como interdisciplinares, mas que na prática consistem em coleção de disciplinas sem diálogo efetivo. O risco da Sociologia ser tratada como tema transversal ao invés de disciplina autônoma, a despeito de sua natureza interdisciplinar constitutiva, articulando Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A reinserção da Sociologia nos três anos do ensino médio, a partir de 2024, representa um retorno de direitos antes conquistados, mas ocorre em meio a desafios estruturais que exigem atenção e vigilância. Mesmo com a retomada da disciplina na Formação Geral Básica, a segunda transição curricular em menos de cinco anos e uma pandemia que impactou profundamente os sistemas de ensino têm gerado descontinuidades nos conteúdos ensinados.

Além disso, é preciso denunciar as concessões recorrentes que o sistema educacional tem feito a institutos privados, favorecendo lógicas de mercado em detrimento da garantia de uma formação crítica e cidadã. Essa submissão aos interesses privados compromete o espaço da Sociologia escolar, que passa a ocupar um lugar secundário ou instável, em defasagem frente às demandas reais da sociedade. Torna-se urgente também a recomposição da aprendizagem defasada devido a retirada da Sociologia durante a última reforma do ensino médio, pois a ausência dessa disciplina aprofundou lacunas na aprendizagem dos/as estudantes e fragilizou a construção de um pensamento social crítico. Somente com uma reparação efetiva será possível restituir o papel fundamental da Sociologia na formação integral da juventude em Pernambuco.

Os itinerários formativos apresentam inconsistências em sua implementação, sem a devida estruturação ou formação docente específica. Esta política tem sido percebida como limitadora das possibilidades de ascensão social de estudantes das classes populares, sequestrando a escola pública aos interesses neoliberais.

Identificamos que a educação permanece subordinada a conjunturas políticas e interesses econômicos, resultando em constante instabilidade curricular, com sérios

prejuízos à garantia de educação de qualidade por parte do Estado brasileiro. A recente mudança da organização bimestral para trimestral em Pernambuco exemplifica essa eterna reorganização que fragiliza o trabalho pedagógico.

A precarização da profissão docente se manifesta em múltiplas dimensões: inadequação entre formação inicial e atividade docente, formação continuada vaga e de outra área, quantidade excessiva de aulas e turmas, contradição entre carga horária reduzida das disciplinas e jornada extensiva dos professores/as, além do número excessivo de objetos de aprendizagem que compõem o currículo de Pernambuco.

O sistema meritocrático de bônus por desempenho estimula competição entre escolas e pressão individual sobre os professores, enquanto persiste a falta de concursos públicos, a não convocação e a não renovação dos cadastros de reserva. Há desestímulo à formação continuada, a recomendação do uso indiscriminado de inteligências artificiais e os educadores são cobrados a resolver problemas estruturais da rede de ensino, sem terem participação efetiva nas políticas educacionais.

Sistemas de gestão como o SIEPE prenunciam a plataformização da educação, como instrumento de controle da atividade docente. A escola integral opera como jornada estendida sem os devidos recursos, e a educação parece subordinada a interesses privados.

Mediante os diálogos estabelecidos durante o evento, questiona-se quais são os objetivos da educação pública em Pernambuco. Se buscamos uma formação para o desenvolvimento das potencialidades humanas para a intelectualidade e a convivência democrática e justa, por que o foco do trabalho pedagógico deve ser a preparação para provas padronizadas como SAEPE e SAEB? São decisões políticas que impactam diretamente na formação dos jovens.

Diante deste quadro, elencamos algumas propostas de encaminhamentos necessários no campo das políticas públicas de educação para o ensino de Sociologia:

- efetiva implementação da Sociologia com carga horária adequada e respeito à integridade disciplinar, neutralizando as tendências a diluir seus conteúdos enquanto "temas" abordados por outras disciplinas ou a propor "projetos integradores" nos quais as disciplinas apenas se "somam";
- buscar formas de resolver a tensão prática entre as horas-aula destinadas aos/às docentes em cada disciplina e a implementação das exigências interdisciplinares feitas pelos documentos normativos curriculares nacionais, e que reforçam uma abordagem fragmentadora sobre o "diálogo de saberes" nas áreas e entre elas, penalizando em particular a sociologia escolar;

- revisão dos itinerários formativos (tanto por área, quanto em relação a como a Sociologia entra em disciplinas eletivas itinerários de outras áreas), em uma perspectiva interdisciplinar e não multidisciplinar;
- convocação de aprovados em concursos e realização de novos certames para ampliar a presença de docentes com formação específica em ciências sociais;
- garantia de formação continuada significativa com formadores/as da área de Sociologia (em processo de definição pela Seduc) e no âmbito das GREs, atendendo diretamente às demandas pedagógicas e de conhecimento dos/das profissionais que neste momento estão encarregados/as do ensino de conteúdos da Sociologia;
- fim de políticas meritocráticas como critério de destinação de recursos às escolas;
- estabelecimento de canais permanentes de diálogo com professores e estudantes, com efetiva incorporação da experiência e dos insights de ambos os grupos, ainda mais diante de pesquisas que têm repetidamente salientado a insatisfação de docentes e estudantes com a oferta curricular, o funcionamento da escola e a comunicação existente entre o sistema de ensino, escolas e comunidades escolares;
- enfrentamento das graves desigualdades de infraestrutura escolar entre regiões do estado e numa mesma cidade;
- uso crítico e ético das inteligências artificiais, evitando-se de todos os modos a abdicação do estudo pelos/as estudantes e da preparação para as aulas pelos/as professores/as, e integrando de modo sério a contribuição da IA ao processo pedagógico;
- E respeito ao Estado laico, tendo em vista a forma dissimulada como a regulamentação de espaços "extracurriculares" para a vivência religiosa nas escolas públicas têm na verdade ocorrido de modo a promover religiões (proselitismo) no espaço escolar público, ainda mais de modo discriminatório em relação a religiões minoritárias.

Conclamamos a Secretaria de Educação e o Governo do Estado a considerar estas demandas como contribuição para uma educação pública verdadeiramente emancipatória, cidadã e transformadora.

Participantes do evento "Currículo em Debate 2025"
Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio)
Fundação Joaquim Nabuco